

## A Formação de Leitores Críticos na Educação Básica: Desafios e Possibilidades a Partir da BNCC e do Letramento Literário

### *The Formation of Critical Readers in Basic Education: Challenges and Possibilities Based on the BNCC and Literary Literacy*

Eliane Dolens Almeida Garcia<sup>\*a</sup>; Marcos Aparecido Pereira<sup>a</sup>

<sup>a</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Ensino. MT, Brasil.

\*E-mail: elianedolmestrado@gmail.com

---

#### Resumo

Este artigo discute a importância da formação de leitores críticos e a necessidade de superar o analfabetismo funcional, que atinge grande parte da população brasileira. A leitura é tratada não apenas como decodificação de palavras, mas como uma prática de interação social e construção de sentidos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), enfatizam o papel da leitura no desenvolvimento de habilidades cognitivas e interpretativas. O ensino de literatura é abordado como um meio essencial para o desenvolvimento humano, capaz de promover o pensamento crítico e reflexivo. Contudo, o texto também aponta as lacunas no sistema educacional brasileiro em relação ao ensino de literatura, muitas vezes reduzido a aspectos gramaticais e descontextualizados. A literatura, quando ensinada de forma significativa, tem o potencial de ampliar a visão de mundo dos estudantes, preparando-os para atuar criticamente na sociedade. O artigo, ao final, sugere a necessidade de uma prática pedagógica que considere a leitura literária como uma experiência enriquecedora e transformadora.

**Palavras-chave:** Letramento Literário. Ensino de Literatura. Educação Crítica.

#### Abstract

*This article discusses the importance of forming critical readers and the need to overcome functional illiteracy, which affects a significant portion of the Brazilian population. Reading is approached not merely as word decoding but as a social interaction practice and meaning-making process. The National Common Curricular Base (BNCC) and other documents, such as the National Curricular Parameters (PCNs), emphasize the role of reading in developing cognitive and interpretative skills. Literature education is highlighted as an essential tool for human development, fostering critical and reflective thinking. However, the text also points to gaps in the Brazilian educational system, where literature teaching is often reduced to grammatical aspects and lacks contextualization. When taught meaningfully, literature has the potential to broaden students' worldview, preparing them to act critically in society. The article ultimately suggests the need for pedagogical practices that consider literary reading as an enriching and transformative experience.*

**Keywords:** Literary Literacy. Literature Teaching. Critical Education.

---

#### 1 Introdução

A leitura, enquanto prática social e cultural, é uma habilidade fundamental no desenvolvimento cognitivo e crítico dos estudantes, sendo indispensável para sua formação cidadã e intelectual. No entanto, a realidade educacional brasileira revela que uma parcela significativa dos estudantes ainda enfrenta dificuldades em realizar leituras que extrapolem a mera decodificação de palavras. De acordo com dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2017, 45% dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental não conseguem estabelecer relações entre a tese e os argumentos de um texto, revelando um quadro preocupante de analfabetismo funcional.

Diante desse cenário, torna-se essencial repensar as práticas pedagógicas e o papel da escola no incentivo à leitura crítica e à formação de leitores maduros. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, propõe um

currículo que privilegia a interação ativa entre o estudante e os textos, considerando a leitura como um instrumento de reflexão e ressignificação. A leitura literária, em especial, assume um papel central, ao contribuir para o desenvolvimento de habilidades de interpretação, análise crítica e fruição estética.

O ensino de literatura, entretanto, tem enfrentado desafios no Brasil, particularmente pela sua fragmentação dentro do currículo escolar. Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN de 1998, ao dissolver a disciplina de Literatura em outros componentes curriculares, abriram lacunas que ainda se refletem no contexto atual, dificultando a formação de leitores que cultivem o gosto pela leitura. Conforme apontam pesquisadores como Cosson (2014) e Candido (1995), o ensino da literatura deve ultrapassar o enfoque conteudístico, oferecendo aos estudantes experiências de leitura significativas que os ajudem a construir e reconstruir seus próprios sentidos e percepções do mundo.

Neste artigo, discute-se o papel da leitura literária

na formação integral dos estudantes, com enfoque nas orientações da BNCC e nos desafios observados no contexto brasileiro. Além disso, analisa-se a relevância de práticas pedagógicas que promovam um ensino reflexivo e dialógico, a fim de desenvolver leitores autônomos e críticos, capazes de interpretar as múltiplas camadas de sentidos presentes nos textos literários e na sociedade.

## 2 Material e Métodos

O presente estudo foi conduzido por meio de uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, com foco em analisar as diretrizes e recomendações contidas em documentos oficiais da educação brasileira, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, bem como a literatura acadêmica sobre ensino de leitura e letramento literário. Foram utilizados materiais teóricos de autores como Bakhtin (1986), Lajolo (1986), Cosson (2009, 2014) e Kleiman (1995, 2000), que discutem a função da leitura e do ensino de literatura na formação de leitores críticos.

A pesquisa também incluiu a análise de dados de avaliações educacionais, como a Avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica de Mato Grosso (2020), com o objetivo de refletir sobre o nível de competência leitora dos estudantes brasileiros e suas implicações para o ensino. A partir desses dados, foi possível observar o contexto do analfabetismo funcional no Brasil e suas consequências para a formação de leitores autônomos e críticos.

Para a metodologia de análise, utilizou-se a análise interpretativa de conteúdo, de modo a identificar as principais contribuições e limitações dos documentos curriculares e práticas pedagógicas relacionadas ao ensino de leitura e literatura no contexto da educação básica. A literatura estudada foi confrontada com as práticas observadas e recomendadas nos documentos oficiais, buscando-se identificar possibilidades e desafios para o desenvolvimento de uma educação literária que promova a formação crítica e emancipatória dos estudantes.

## 3 Resultados e Discussão

Este artigo tem como objetivo analisar a formação do leitor literário na rede de educação básica pública do estado de Mato Grosso, especificamente nos anos finais do Ensino Fundamental (EF). A pesquisa busca demonstrar como o ensino de leitura, no contexto da disciplina de Literatura, é orientado pelos principais documentos oficiais: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento de Referência Curricular de Mato Grosso (DRC/MT).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), publicados na década de 1990, têm como propósito a reformulação do ensino em todo o Brasil, visando melhorar a qualidade da educação básica. Esses documentos servem como diretrizes fundamentais para orientar o trabalho docente em sala de aula, oferecendo uma base para a organização das práticas

pedagógicas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por sua vez, foi desenvolvida em cumprimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996). Sua finalidade é nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino nas Unidades Federativas, além de orientar as propostas pedagógicas das instituições públicas e privadas de Educação Infantil (EI), Ensino Fundamental (EF) e Ensino Médio (EM).

O Documento de Referência Curricular de Mato Grosso (DRC/MT) para o Ensino Fundamental – anos finais, homologado pelo Conselho Estadual de Educação em 2018, reafirma a importância de se atentar à organização curricular em consonância com a BNCC. Este documento destaca aspectos fundamentais como o Desenvolvimento Integral, a Aprendizagem Ativa e a Progressão de Aprendizagem.

No DRC/MT, a organização curricular dos anos finais do Ensino Fundamental é dividida em quatro partes, sendo a primeira voltada para a área de linguagens, que abrange os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol), Arte e Educação Física. O foco dessas disciplinas é promover a participação ativa dos estudantes por meio de diversas práticas de linguagem, ampliando suas capacidades artísticas, corporais e linguísticas. As demais áreas do conhecimento, como Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática, não serão abordadas nesta pesquisa, pois não estão diretamente relacionadas ao objeto de estudo.

A partir das orientações contidas nesses documentos oficiais, discutiremos como o ensino de literatura e os textos literários são abordados nos anos finais do Ensino Fundamental. A BNCC estabelece que é fundamental “reconhecer que os textos literários fazem parte do mundo do imaginário e apresentam uma dimensão lúdica, de encantamento, valorizando-os, em sua diversidade cultural, como patrimônio artístico da humanidade” (BNCC, 2017, p.95). Essa premissa destaca a valorização do imaginário que os estudantes trazem para o contexto escolar, proporcionando um contato enriquecedor com diferentes culturas.

A formação do leitor literário durante a escolarização está intimamente ligada à organização curricular em cinco áreas do conhecimento, que devem ser incluídas nos currículos das escolas: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso, conforme estabelece a BNCC (2018). Embora cada área preserve suas particularidades, o Parecer CNE/CEB nº 11/2010 ressalta a importância da integração entre os saberes dos diferentes componentes curriculares, levando em consideração as demandas pedagógicas de cada fase de escolarização e as características dos alunos.

O papel da escola na formação do leitor é essencial desde os primeiros anos de escolarização. A prática de leitura, mais do que a simples decodificação dos signos alfabéticos, permite que os estudantes ampliem sua compreensão do mundo, conectando suas experiências pessoais e coletivas com o contexto social em que estão inseridos.

Segundo Soares (1999), o letramento é a condição de

quem não apenas sabe ler e escrever, mas também pratica e valoriza o uso social da escrita. Assim, a mera alfabetização não é suficiente para que um indivíduo domine as práticas de leitura e escrita do seu meio social. Para Cosson (2009), a literatura deve ser ensinada na escola como uma prática social. Ele defende que:

O letramento literário é uma prática social e, como tal, responsabilidade da escola. A questão não é se a escola deve ou não escolarizar a literatura, como bem nos alerta Magda Soares, mas sim como fazer essa escolarização sem descaracterizá-la, sem transformá-la em um simulacro de si mesma que mais nega do que confirma seu poder de humanização (Cosson, 2009, p.23).

Assim, a escolarização da literatura deve manter sua essência, preservando seu poder de transformação e humanização no contexto educacional.

A partir da importante relação entre Literatura, formação humana e o estudo da língua, pode-se compreender o papel humanizador que o ensino de Literatura exerce na formação do leitor, sendo o objetivo desse ensino torná-lo letrado. Considerando que, nas escolas, as atividades envolvendo leitura e escrita são a base da aprendizagem desde as séries iniciais, é essencial que todos os alunos tenham acesso a essas práticas de forma que consigam atingir o nível de leitor competente.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998 propuseram uma nova abordagem pedagógica para as aulas de Língua Portuguesa. Embora as práticas de leitura estejam previstas nesses planejamentos, persistem casos de analfabetismo nas escolas, afetando parte dos estudantes matriculados e que frequentam regularmente as aulas. Esse cenário é agravado quando as atividades de leitura e escrita são focadas na simples decodificação, sem desenvolver as capacidades necessárias para a formação de um cidadão letrado e autônomo.

Em uma pesquisa realizada em 2001 pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), constatou-se que 59% dos estudantes da quarta série do Ensino Fundamental ainda não haviam desenvolvido as competências básicas de leitura. Cerca de 980.000 alunos não sabiam ler, e mais de 1.600.000 eram capazes de ler apenas frases simples.

Os PCNs determinam que o texto seja o principal objeto de estudo da língua, relegando o aspecto artístico (ético-estético) da Literatura a uma abordagem alternativa, quando o foco deveria estar no desenvolvimento da leitura competente no ambiente escolar. A competência interpretativa dos estudantes deve ser construída por meio dos recursos linguístico-literários disponíveis a professores e alunos.

A ausência da Literatura como disciplina central no currículo escolar, ao invés de ser integrada a outras áreas do saber, acaba negligenciando o texto literário. Isso gera um cenário em que a leitura fica limitada a excertos de textos literários predefinidos pelos autores dos livros didáticos, criando uma lacuna entre o estudante e o potencial transformador da educação literária no desenvolvimento de leitores competentes.

Segundo Rildo Cosson (2006), o letramento literário pode ser definido como o processo de apropriação da literatura enquanto linguagem, um processo dinâmico e contínuo, assim como

a própria linguagem. É uma atividade de compreensão e interpretação pessoal e individual.

Diante disso, é papel da escola promover ações que incentivem a leitura literária, utilizando bibliotecas, acervos, grupos de leitura e outros projetos que envolvam estudantes, professores e familiares. Estender a leitura para além do ambiente escolar é crucial, pois o processo educativo começa no ambiente familiar, desde as canções de ninar.

Libâneo (2000) define educação como o conjunto de ações, processos e influências que intervêm no desenvolvimento humano em interação com o ambiente natural e social. Assim, a parceria entre escola e família pode facilitar a construção de práticas de leitura, fortalecendo-as dentro e fora do contexto escolar.

Com base nos dados apresentados, é necessário que o Ministério da Educação aperfeiçoe programas que melhorem o desempenho das crianças nas séries iniciais e apoiem programas de letramento, já que o avanço na formação leitora dos alunos do ensino fundamental, especialmente nos anos finais, depende dos progressos alcançados nas fases anteriores.

Nos últimos 26 anos, o Brasil desenvolveu diversos programas e campanhas de incentivo à leitura em parceria com órgãos governamentais e não governamentais. No entanto, a análise da efetividade dessas iniciativas, como no caso do PROLER e PRÓ-LEITURA, mostra que problemas como falta de recursos e a desconexão entre coordenação central e agentes regionais comprometeram seus resultados.

É vital que o Brasil implemente uma política pública voltada para resultados concretos na área da leitura e escrita, avaliando continuamente as melhorias nas escolas. Além disso, os currículos e propostas pedagógicas do Ensino Fundamental devem considerar medidas que assegurem uma continuidade no aprendizado entre as fases iniciais e finais, mantendo uma integração entre o Ensino Fundamental e o Médio.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1998 enfatizam que a literatura não é mera cópia da realidade, nem simples exercício de linguagem ou fantasia. Sua relação com o real é indireta, sendo uma forma particular de compor o conhecimento humano.

A partir das reflexões até aqui desenvolvidas, podemos inferir que o texto literário oferece condições fundamentais para a formação integral do indivíduo, condições essas que não se esgotam com o término da escolarização. Pelo contrário, o texto literário adquire novas dimensões conforme as mudanças históricas, políticas e sociais, ampliando suas possibilidades de impacto ao longo da vida. Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, direcionados ao III e IV ciclos do Ensino Fundamental, destacam o papel da literatura, propondo a leitura de contos, novelas, romances, poemas, canções e dramas. Essa diversidade de gêneros permite que professores e gestores educacionais possam realizar um trabalho que, de fato, forme leitores proficientes. No entanto, há uma mudança significativa no Ensino Médio, onde o trabalho com a literatura é abordado de maneira diferente.

Um aspecto crítico que merece atenção é o fato de que,

nas quase 600 páginas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apenas quatro são dedicadas à Literatura, o que demonstra o papel marginal que essa disciplina vem assumindo nos currículos escolares desde 1999. A BNCC aborda a formação de leitores de forma genérica, sem fornecer orientações claras sobre os conteúdos específicos necessários para garantir uma educação literária eficaz, que prepare leitores críticos ao longo da escolarização. Tratar a leitura literária de maneira superficial e generalizada é negligenciar a importância que a educação literária possui na formação cidadã dos estudantes.

É essencial que o aluno tenha contato direto com as obras literárias, e o professor, por sua vez, precisa criar uma comunidade de leitores em sala de aula, um ambiente no qual as leituras possam ser compartilhadas e discutidas, sempre respeitando os interesses e o gosto dos estudantes. A ampliação do repertório literário deve ser uma meta constante. Ainda que a escolha das metodologias fique a cargo do professor, é crucial que os documentos oficiais forneçam diretrizes claras para garantir o desenvolvimento das competências literárias e o cumprimento do papel da escola na formação de leitores.

A BNCC organiza o componente de Língua Portuguesa em torno de práticas de linguagem, como leitura, escuta, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica. A perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem é ressaltada, como nos PCN de 1998. Nesse sentido, a escola tem o dever de promover atividades que incentivem os estudantes a defender suas ideias e os envolvam em práticas de leitura que ampliem sua compreensão e atuação nos diversos contextos sociais, seja no trabalho, seja no ambiente familiar.

A BNCC define o “leitor-fruidor” como aquele capaz de perceber as múltiplas camadas de sentido nos textos, dialogar com as obras e formular perguntas e respostas ao longo da leitura. Essa habilidade é abordada de maneira específica em cada segmento escolar, conforme as orientações da BNCC. Contudo, sem um diálogo constante entre estudantes, textos e o meio social, o processo de formação de leitores fica prejudicado. A literatura, muitas vezes invisível no currículo escolar, não recebe o tratamento adequado, o que pode justificar os elevados índices de analfabetismo funcional entre os estudantes, muitos dos quais são promovidos de uma série para outra sem dominar as habilidades básicas de leitura e escrita.

No Ensino Fundamental, o desenvolvimento do “leitor-fruidor” é aprofundado no componente curricular de Língua Portuguesa. A BNCC defende o desenvolvimento do senso estético e a participação em práticas artístico-culturais diversificadas, ressaltando a importância de respeitar a diversidade de saberes, identidades e culturas. Entretanto, apesar dessa preocupação em garantir a formação dentro do prazo estabelecido pela Lei Nº 11.274, de 2006, é necessário refletir sobre como o processo de formação de leitores está ocorrendo e por que muitos estudantes não conseguem desenvolver plenamente as competências básicas necessárias para a continuidade de sua educação.

Embora a família seja o primeiro referencial da criança e

uma importante fonte de inspiração para a formação de bons leitores, é a escola que ocupa o papel principal na construção e no fortalecimento do vínculo entre a criança, a leitura e a escrita. Como resalta Resende (2023, p.25), “para formar leitores, o professor deve estar disposto a enriquecer sua forma de trabalhar, utilizando diferentes tipos de textos e criando situações reais de leitura”. Essa abordagem implica expor os alunos a situações reais de leitura, onde o texto circula de maneira viva e significativa, permitindo que o ato de ler não seja apenas uma atividade mecânica, mas um exercício de compreensão e reflexão.

O uso excessivo do livro didático como principal material de ensino gera uma lacuna no trabalho com a literatura. Quando a literatura é tratada de forma fragmentada e utilitária, perde-se o foco na formação de leitores literários. Para que a leitura literária seja eficaz, é necessário que os estudantes sejam expostos a uma variedade de textos, ouçam, compreendam e discutam o que leem. Esse processo é fundamental para garantir que a leitura seja uma experiência significativa, e não apenas uma decodificação de símbolos.

Portanto, a promoção de um ensino de literatura mais robusto, que valorize a experiência estética e crítica, é crucial para a formação de cidadãos plenos e conscientes. O papel da escola nesse processo é insubstituível, e cabe a ela, em conjunto com políticas públicas eficazes, garantir o desenvolvimento de leitores competentes e críticos.

Entre os educadores, há consenso de que o conhecimento técnico da leitura e as estratégias para realizá-la são fundamentais para o desenvolvimento da habilidade de ler. No entanto, é igualmente essencial promover ações que incentivem os estudantes a interagir com seu meio social e a adquirir autonomia intelectual para identificar o que está explícito e subentendido nos textos. Isso contribui para a formação de leitores críticos e maduros.

Definir o que é ser um leitor envolve a discussão de diferentes formas de leitura. Uma concepção de linguagem relevante é a que se manifesta como instrumento de inter-relações humanas. Bakhtin (1986) argumenta que a palavra só se torna significativa quando apropriada e transmitida por alguém a outro, que tem o papel de compreendê-la, aceitá-la ou refutá-la, uma vez que, isoladamente, ela nada revela. Dessa forma, a linguagem se constitui num processo de interação. Um leitor maduro é fruto de uma infância alimentada por histórias, poesias, diálogos e trocas afetivas. Esse conjunto de experiências, acumulado ao longo da vida acadêmica e pessoal, capacita o leitor a interpretar e reinterpretar textos, atribuindo-lhes significados relevantes para sua vida.

No Brasil, um país majoritariamente composto por não leitores, grande parte da população é considerada analfabeta funcional, cenário que se manteve quase inalterado nos últimos anos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017, define a leitura como uma prática de linguagem que emerge da interação ativa entre leitor, ouvinte e espectador com textos de diversas naturezas, e enfatiza a importância de sua interpretação. Assim, a leitura se torna uma ferramenta essencial nas aulas de Língua Portuguesa, favorecendo a

reflexão crítica e a ressignificação de textos no contexto social do estudante.

É crucial reconhecer que, muitas vezes, o estudante sabe ler, mas não encontra oportunidades para interagir com os textos. A literatura, sendo uma construção cultural e não natural, oferece a chance de engajamento crítico, desde que o aluno seja estimulado a isso. A leitura deve ser incentivada continuamente, pois é uma fonte essencial para ampliar o conhecimento do mundo. Lajolo (1986) ressalta que «lê-se para entender o mundo, para viver melhor». A prática da leitura e da escrita, por sua vez, complementa a formação de um leitor competente, sendo objetivo central da escola promover o interesse por elas.

Neste sentido, a literatura, como destaca Candido (2002), repousa sobre três pilares: obra, autor e público. A educação literária tem um papel fundamental na formação do leitor durante a escolarização, e a escola se torna uma rede essencial para a transmissão de ideias e a construção do gosto pela leitura. O acesso a textos literários que despertem a fruição estética e o sentido deve ser garantido desde a Educação Básica, conforme orienta a BNCC, que estabelece diretrizes para o ensino fundamental.

A prática pedagógica baseada em textos literários em sala de aula deve ir além do ensino gramatical. Conforme Cosson (2014), a literatura não deve ser reduzida a um objeto contudístico. Ela deve proporcionar uma experiência de leitura compartilhada, humanizando o aprendizado. Apesar das diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1998, que propunham uma nova abordagem para as aulas de Língua Portuguesa, a ausência de uma disciplina específica de literatura tem gerado lacunas sentidas até hoje.

O ensino de literatura no Brasil enfrenta desafios para formar leitores que apreciem a leitura, e é fundamental que as aulas promovam a compreensão das sutilezas e particularidades dos textos literários. O letramento literário, conforme Soares (1999), deve ir além das práticas escolares, incorporando as experiências sociais dos alunos. Cosson (2009) complementa, afirmando que a literatura é uma prática social e humanizadora, e a escola deve ser apenas um dos meios para promovê-la.

A leitura, entendida como uma prática ativa de construção de significado, deve considerar os objetivos e o conhecimento prévio do leitor. Esse processo envolve a compreensão do texto em seus diversos níveis e vai além da simples decodificação. Assim, o ensino de leitura deve englobar propostas que estimulem a criticidade e a interação social, como destaca Coenga (2010), ressaltando o papel transformador da leitura e da escrita na sociedade.

A alfabetização e o letramento ocorrem de forma integrada, conforme Soares (1999) e Kleiman (1995), e devem estar presentes nas práticas sociais desde a infância. A literatura, no contexto da Educação Básica, deve abranger qualquer texto que se relacione com ficção ou poesia, como afirma Cosson (2009). Candido (1995) reforça que a literatura amplia a visão de mundo e deve ser o foco central nas aulas de Língua Portuguesa para formar bons leitores e escritores.

No entanto, os desafios persistem. Dados da Avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Brasileira (SAEB-MT, 2017) mostram que quase metade dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental não consegue estabelecer relações básicas entre tese e argumentos, evidenciando a necessidade de práticas pedagógicas mais eficazes. A BNCC visa superar esses desafios ao promover uma formação integral e inclusiva, que leve em conta a diversidade e as necessidades do mundo contemporâneo.

Por fim, a leitura de textos literários, especialmente os produzidos em contextos locais como Mato Grosso, deve ser valorizada nas escolas. O Documento de Referência Curricular de Mato Grosso (DRC/MT, 2018) reforça a importância de trabalhar com textos que ampliem o repertório dos estudantes, valorizando tanto o contexto regional quanto a universalidade das obras literárias.

#### 4 Conclusão

A formação de leitores críticos e maduros é um desafio que demanda uma abordagem pedagógica ampla, que vá além da simples decodificação de palavras e ofereça ao estudante experiências de leitura capazes de transformar sua percepção do mundo. No contexto brasileiro, os dados sobre analfabetismo funcional e as dificuldades encontradas por grande parte dos alunos em interpretar e relacionar argumentos demonstram a urgência de práticas educativas mais reflexivas e interativas. Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta-se como uma ferramenta importante ao promover uma concepção de leitura que valoriza a interação ativa com diferentes textos e suas múltiplas linguagens.

O ensino de literatura, embora tenha sido fragmentado no currículo escolar nas últimas décadas, precisa ser resgatado como uma prática fundamental para o desenvolvimento integral do estudante. Como evidenciam autores como Cosson e Candido, o foco deve estar na experiência de leitura e na capacidade dos textos literários de estimular a imaginação, a sensibilidade e o pensamento crítico. Para que isso aconteça, é necessário que a literatura seja abordada de maneira contextualizada e significativa, permitindo ao estudante construir sentidos próprios e interpretar a realidade a partir das obras lidas.

Portanto, é imperativo que as práticas pedagógicas em sala de aula, principalmente no Ensino Fundamental, proporcionem acesso a uma diversidade de gêneros textuais e experiências de leitura literária. Somente assim será possível contribuir efetivamente para a formação de cidadãos capazes de dialogar criticamente com o mundo ao seu redor, construindo novas formas de pensar e agir na sociedade.

#### Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª à 4ª série)*. Volume 2 – Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília, DF, 1998.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2017.
- CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.
- CANDIDO, Antonio. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, 2002.
- COENGA, R. *Literatura e Letramento Literário: diálogo*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2010.
- COSSON, R. *Círculos de leitura e letramento literário*. São Paulo: Contexto, 2014.
- COSSON, R. *Letramento literário*. São Paulo: Contexto, 2009.
- KLEIMAN, A. B. O processo de aculturação pela escrita: ensino da forma ou aprendizagem da função? In: KLEIMAN, A. B.; SIGNORINI, I. (Org.) *O ensino e a formação do professor*. Alfabetização de jovens e adultos. Porto Alegre: Artmed, 2000; p. 223-243.
- KLEIMAN, Â. (Org.). *Os significados do letramento: uma perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- LAJOLO, M. O texto não é pretexto. In: AGUIAR, V. T. et al. (Org.) *Leitura em crise na escola: alternativas do professor*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- LIBÂNEO, J. C. Produção de saberes na escola: suspeitas e apostas. In: CANDAU, V. M. (Org.) *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.
- MATO GROSSO. *SEDUC DRC – Documento de Referência Curricular*. Versão Preliminar do Documento de Referência Curricular, 2000.
- RESENDE, A. S. O desafio de formar leitores. *Rev Presença Pedag.*, n. 34, p. 7-25, 2023.
- SOARES, M. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, A. A. M. et al. (Org.) *A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.